

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 11-11-2024.

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Moisés Barboza, Pedro Ruas, e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Eng^o Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Lisandro Zwiernik, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Emenda à Lei Orgânica n^o 001/24 (Processo n^o 0012/24), de autoria de José Freitas. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: n^{os} 3019 e 3020/24, encaminhando os Projetos de Lei do Executivo n^{os} 036 e 037/24 (Processos n^{os} 0704 e 0705/24, respectivamente). Foram aprovadas as atas: das 078^a, 079^a, 080^a, 081^a, 082^a, 083^a, 084^a, 085^a, 086^a, 087^a, 088^a, 089^a, 090^a, 091^a, 092^a, 093^a, 094^a, 095^a, 096^a, 097^a, 098^a, 099^a, 100^a e 101^a Sessões Ordinárias; da 020^a Sessão Extraordinária; e das 025^a, 026^a, 027^a, 028^a, 029^a, 030^a, 031^a, 032^a, 033^a, 034^a, 035^a, 036^a, 037^a, 038^a, 039^a, 040^a, 041^a, 042^a, 043^a, 044^a, 045^a, 046^a, 047^a, 048^a, 049^a, 050^a, 051^a, 052^a, 053^a, 054^a, 055^a, 056^a e 057^a Sessões Solenes, todas desta Quarta Sessão Legislativa Ordinária. Foi apregoadado o Ofício n^o 3024/24, firmado pelo Prefeito, por meio do qual comunica sua ausência do Município das onze horas do dia cinco até às quinze horas do dia oito de novembro do corrente ano, para participar de compromissos oficiais em Brasília – DF, e informa que o Vice-Prefeito se encontra em gozo de férias do dia cinco até às quinze horas do dia sete de novembro do corrente ano. Foi informado que Mauro Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, foi empossado no cargo de Prefeito, em substituição, para exercê-lo das onze horas do dia cinco até as quatorze horas do dia sete de novembro do corrente ano, e José Freitas, 1^o Vice-Presidente, assumiu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, em substituição, para exercê-lo pelo mesmo período. Foi apregoadado Requerimento firmado por Fernanda Barth solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia seis de novembro do corrente ano. Foi apregoadado documento firmado por Conselheiro Marcelo, por meio do qual comunica a alteração de seu nome parlamentar para Marcelo Bernardi (SEI n^o 226.00166/2024-58). Foi apregoadado documento firmado por Eng^o Comassetto, por meio do qual informa o término de sua Licença para Desempenhar o Cargo Público de Diretor de Habitação e Saneamento da Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul da Presidência da

República, com o seu consequente retorno ao exercício da vereança a contar do dia oito de novembro do corrente ano. Foi aprovado Requerimento de autoria de Claudio Janta solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia onze ao dia treze de novembro do corrente ano, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Lisandro Zwiernik, informando-lhe que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. A seguir, Lisandro Zwiernik pronunciou-se nos termos do Art. 12, § 8º do Regimento. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Gilson Guaraci da Silveira Noroefé, Diretor-Presidente da Associação ABC da Segurança Pública – Mantenedora do Jornal Correio Brigadiano, que se pronunciou acerca da relevância do Jornal Correio Brigadiano, que há 30 anos exalta as instituições policiais e seus servidores, bem como repercute assuntos da segurança pública em uma formatação única no território brasileiro. Compôs a Mesa: Clarice Terezinha Pasqualotto, Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da Instituição Beneficente Coronel Massot. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Comandante Nádia manifestou-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta minutos às quatorze horas e quarenta e um minutos. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Biga Pereira, Moisés Barboza, Roberto Robaina, Jonas Reis, Psicóloga Tanise Sabino, Idenir Cecchim, Mari Pimentel, Fernanda Barth, Tiago Albrecht e Pedro Ruas. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente aos períodos de Pauta Especial e de Pauta. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve em 4ª sessão o Projeto de Lei do Executivo nº 035/24, discutido por Jonas Reis, Comandante Nádia, Jessé Sangalli, Fernanda Barth e Aldacir Oliboni. Em PAUTA, Discussão Preliminar, Tiago Albrecht manifestou-se e estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/24; o Projeto de Lei do Executivo nº 034/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 338 e 343/24; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 389/22, 187/24, 188/24, 216/24, 257/24, 277/24, 300/24, 341/24, 344/24, 347/24, 351/24 e 352/24. Às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, conforme acordo de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, José Freitas, Gilson Padeiro e Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Boa tarde. Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 078ª a 101ª Sessões Ordinárias, da 020ª Sessão Extraordinária e da 025ª a 057ª Sessões Solenes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Ofício nº 3.024/24, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre,

por meio do qual comunica sua ausência do Município das 11h do dia 5 até as 15h do dia 8 de novembro do corrente ano – já ocorrido –, para participar de compromissos oficiais em Brasília - DF, e informo que o Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito municipal, encontra-se em gozo de férias do dia 5 até as 15h do dia 7 de novembro de 2024.

Informo que, nesses termos, o Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, foi empossado no cargo de prefeito municipal de Porto Alegre, em substituição, para exercê-lo das 11h do dia 5 até as 14h do dia 7 de novembro de 2024, e o Ver. José Freitas, 1º Vice-Presidente, assumiu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, em substituição, para exercê-lo pelo mesmo período, em cerimônia realizada no gabinete da presidência.

Aprego requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 6 de novembro de 2024.

Aprego documento firmado pelo Ver. Conselheiro Marcelo, por meio do qual comunica a alteração de seu nome parlamentar para Marcelo Bernardi.

Aprego documento firmado pelo Ver. Engº Comassetto, por meio do qual informa o término de sua Licença para Desempenhar Cargo Público de diretor de habitação e saneamento na Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul da Presidência da República, com o seu consequente retorno ao exercício da vereança a contar do dia 8 de novembro de 2024.

O Ver. Claudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período do dia 11 ao dia 13 de novembro de 2024.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Informo que se encontra presente no plenário o suplente Lisandro Zwiernik e que já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Lisandro Zwiernik prestará a seguir.

SUPLENTE LISANDRO ZWIERNIK (SOLIDARIEDADE): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Declaro empossado o Ver. Lisandro Zwiernik. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Lisandro Zwiernik, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Lisandro Zwiernik está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADOR LISANDRO ZWIERNIK (SOLIDARIEDADE): Boa tarde, é com satisfação que estou aqui nesta Casa hoje. Alguns já me conhecem pela minha luta pelos taxistas de Porto Alegre. Desde 2016, eu estou cada vez mais frequente aqui nos corredores e gabinetes da Câmara, onde muitas propostas a gente aprovou em benefício do táxi, algumas polêmicas, como a troca de permissão para autorização, a troca do carro vermelho para branco – não é, Ver. Moisés, Ver.^a Nádia? –, a inclusão do exame toxicológico e a questão de poder andar na faixa exclusiva e no corredor de ônibus. Posso afirmar com certeza que esse trabalho feito aqui, aprovado na Câmara de Vereadores, colocou os táxis de Porto Alegre entre os melhores do Brasil. A migração de permissão para autorização proporcionou 1.400 transferências, oxigenando a categoria do táxi, colocando gente nova, quem realmente gostaria de trabalhar e seguir a profissão.

A mudança da cor vermelha para branca, que foi proporcionada pelos vereadores Moisés e Comandante Nádia, possibilitou que o taxista trocasse com maior frequência, deixando, assim, a frota mais nova para atender a população. O exame toxicológico gerou mais segurança para o passageiro que pega o táxi. Com os corredores e a faixa exclusiva, nos igualamos a outras capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, tendo esse benefício para o passageiro. Resolvemos enfrentar a concorrência modificando a nossa categoria, implementando medidas que viessem a favorecer tanto o taxista quanto a população.

Temos muitas coisas ainda para enfrentar, como, por exemplo, o transporte clandestino, representado hoje por aquele transporte que é executado por carros privados, fora das plataformas de aplicativo. Temos exemplos disso na nossa rodoviária, no aeroporto, o transporte feito por bandidos que cobram valores absurdos da população e achacam as pessoas. Para nossa surpresa, tem um projeto tramitando aqui na Câmara que estabelece pontos de parada para carros de aplicativo. Ora, senhoras e senhores, esse projeto visa apenas favorecer a adoção desses pontos por esses bandidos que fazem o transporte fora do aplicativo. A gente sabe porque isso já acontece no aeroporto, onde tem esse ponto. Em 2016, quando a gente vinha aqui, o pessoal dos aplicativos dizia que não era para ter interferência do Estado, mas o que a gente vê hoje é, cada vez mais, o Estado querendo se meter no negócio privado.

Então, eu peço aos vereadores que, quando esse assunto for colocado em pauta, seja negado, até porque já tem o parecer do procurador dizendo que é inconstitucional. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Lisandro. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação ABC da Segurança Pública – Mantenedora do Jornal Correio Brigadiano, que tratará de assunto relativo à relevância

do Jornal Correio Brigadiano, que há 30 anos exalta as instituições policiais e seus servidores, bem como repercute assuntos da segurança pública em uma formatação única no território brasileiro. Convidamos a compor a Mesa a Sra. Clarice Terezinha Pasqualotto, presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da Instituição Beneficente Coronel Massot. O Sr. Gilson Guaraci da Silveira Noroefé, diretor-presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. GILSON GUARACI DA SILVEIRA NOROEFÉ: Senhoras e Senhores vereadores, cumprimentamos, inicialmente, o Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Ver. José Freitas, e, ao cumprimentá-lo, cumprimentamos toda a Mesa Diretiva deste Legislativo. Destacamos, nesses 30 anos da nossa organização, a Rede ABC da Segurança Pública, que tem como âncora o Correio Brigadiano, um órgão de comunicação que é único no País com esta característica, e que tem como principal finalidade exaltar as instituições policiais e os seus policiais, sejam eles civis ou militares. Com a interseção da nossa Ver.^a Comandante Nádia, que pediu este espaço, acatado por todos os vereadores e todas as bancadas aqui da Câmara de Vereadores, nós nos sentimos, neste momento, mais uma vez homenageados, em extensão, pela cidade de Porto Alegre.

São 30 anos de um órgão que teve como âncora e como idealista o Coronel Vanderlei Martins Pinheiro, que, junto com seus companheiros, organizou essa longevidade do Correio Brigadiano. Enquanto houver, na história da polícia do Rio Grande do Sul, o que os dados demonstram, ou seja, 95% ou mais das ações policiais no Estado do Rio Grande do Sul são exitosas, haverá sempre a necessidade de notícias nesse sentido. Deixamos o outro pequeno percentual por conta do sensacionalismo de alguns órgãos. Nós noticiamos coisas positivas da segurança pública, mas não fica só nisso, Presidente Freitas. Nós, por vezes, temos que noticiar coisas não tão positivas, como, no último mês, a perda dos nossos heróis policiais, e, agora, por último, um acidente envolvendo um militar do Corpo de Bombeiros. Somos a única profissão no mundo em que há um compromisso, mais do que compromisso, um dever de entregar a vida à sociedade, em defesa dela. Então, enquanto houver essas demandas, senhores vereadores, nós haveremos de continuar, espontaneamente, como é o Correio Brigadiano, que não é um órgão com finalidade lucrativa, elevando o trabalho dos policiais e de suas instituições. Aliás, Ver.^a Comandante Nádia e demais vereadores, não há nenhuma organização da sociedade que consiga prosperar e trabalhar sem a presença dos policiais. Não há sociedade que possa trazer negócios, indústrias, sem a certeza da segurança pública. Não há manifestação social nas ruas por melhores condições da sociedade se a polícia não for garantir o direito à livre manifestação.

Dessa forma, e nesses termos, é que a Rede ABC da Segurança Pública se justifica. Aproveitamos este momento de homenagem para dizer que não é a primeira vez que a Câmara de Vereadores nos presta esta homenagem, que muito nos honra. Já tivemos a homenagem pelos 25 anos, proposta pelo Ver. Cassiá Carpes, assim como tivemos, nesta Câmara de Vereadores, a propositura e a aprovação unânime da Praça Jornal Correio Brigadiano, que se localiza no bairro Restinga, que, neste ano, em comemoração

aos 30 anos do Correio Brigadiano, estava preparada para sua reinauguração. No entanto, em virtude da catástrofe que atingiu todos os porto-alegrenses, isso não foi possível. Mas o nosso Correio Brigadiano permanece, e todos os senhores e as senhoras deste Parlamento recebem todas as edições em seus gabinetes, podendo comprovar a imprensa independente que exercemos. Todos os temas são muito caros para nós quando se trata de segurança pública, porque se trata de uma demanda imprescindível para a sociedade.

Então, o nosso agradecimento, de todo o coração, é em nosso nome, mas também em nome de todos os servidores e de todos aqueles que fazem parte das vinculadas à segurança pública e da sociedade em geral. Nosso agradecimento e estamos juntos com Porto Alegre e com a Câmara de Vereadores para levar as boas notícias, inclusive deste Parlamento, quando o assunto for a segurança das pessoas, a ordem e o progresso da sociedade. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Convidamos o Sr. Gilson Guaraci da Silveira Noroefé a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente José Freitas, caros colegas vereadores, quero, em nome da bancada do Partido Liberal, da minha colega Ver.^a Fernanda Barth, do Ver. Jessé Sangalli e em meu nome, Comandante Nádia, parabenizar o nosso Jornal Correio Brigadiano pelos seus 30 anos de atuação. Quero cumprimentar a Clarice, do conselho da nossa querida IBCM, e todos os colaboradores do Correio Brigadiano, que, ao longo desses 30 anos, apresentaram – como Gilson bem falou – notícias boas, notícias ruins, mas notícias a respeito da segurança pública, não apenas de Porto Alegre, mas do nosso Estado do Rio Grande do Sul. Sabemos que segurança é algo que permeia os lares gaúchos, que ninguém sai da sua casa se não tiver segurança. E, quando nós temos um meio de comunicação – no caso, o nosso querido Correio Brigadiano –, levando a informação de maneira correta, de maneira jornalística, de maneira transparente para a população, nós sabemos que isso melhora a nossa informação como um todo.

Então, que o nosso Correio Brigadiano tenha muitos mais 30 anos de existência, sempre primando pela ética, pela transparência e pela nossa segurança pública, pelos órgãos vinculados – Brigada Militar, Polícia Civil, Susepe e IGP –, fazendo com que a população gaúcha conheça as ocorrências que aconteceram, recebendo dicas de segurança, mas também recebendo, lamentavelmente, casos como, nesses últimos meses, em que tivemos a perda de cinco irmãos de farda em ocorrências trágicas. Parabéns! A bancada do Partido Liberal deseja vida longa ao nosso Correio Brigadiano e contem sempre conosco. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. Sr. Gilson e Sra. Clarice, agradeço pela presença e colocamos esta Casa sempre à disposição. Sempre que precisarem, estamos aqui à sua inteira disposição. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h40min.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANAS): (14h41min) Estão reabertos os trabalhos. Registramos a presença do Leonardo, do Mercado Navegantes, que veio ver como são os trabalhos desta Casa. Estamos sempre à disposição. Seja bem-vindo a esta Casa!

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições apresentadas à Mesa, as quais se encontram distribuídas às Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, bem como às respectivas assessorias, através dos aplicativos de mensagens.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Senhor Presidente desta sessão, meus colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste presencialmente ou através dos nossos meios de comunicação, em especial a TVCâmara. Dirijo-me a esta tribuna para falar de um tema extremamente recorrente nos dias de hoje: a vida para além do trabalho. As redes sociais, as redes de comunicação nacionais têm trazido à tona a necessidade de debatermos essa vida além do trabalho. E, para isso, chamam nossa atenção para o trabalho urgente e necessário do fim da jornada laboral de 6x1.

Hoje, com o avanço tecnológico, no qual estamos cada vez mais conectados, a par disso uma realidade que, com a reforma trabalhista, nós tínhamos duas formas de contratação de trabalho: ou tu eras CLT, ou tu eras estatutário. Hoje, nós temos o trabalho cada vez mais precarizado, com contratos intermitentes, contratos temporários, contratos que têm dificultado cada vez mais a vida das pessoas. Eu chamo a atenção que hoje vários países que se desenvolvem e buscam enfrentar a crise a partir destas premissas – ou seja, o avanço tecnológico, o aumento da produtividade e a necessidade de uma redução da jornada de trabalho – consideram que é fator imprescindível, para a economia, aumentar a produtividade do trabalho, para aumentar, inclusive, os seus lucros. Na Inglaterra, onde uma centena de empresas participou de uma pesquisa acerca do tema da redução da jornada, concluiu-se que, sim, trazia benefícios e que não afetava a produtividade; ao contrário, aumentou. Adotaram esta prática, e o mesmo está sendo feito na Espanha, onde o governo apoiará, inclusive, as empresas que diminuam a carga horária sem a redução de salário. Países como Alemanha, Suécia, França, Suíça, Hungria, Dinamarca, entre outros tantos, já adotaram o sistema de redução da jornada para aumentar a produtividade.

E, do lado de cá, o que nós estamos fazendo? Não basta nós falarmos do aumento do desemprego se nós não buscarmos alternativas para enfrentá-lo. E aqui me permitam fazer um recorte de gênero: as mulheres que trabalham seis dias por semana, tendo um dia para descanso – que descanso, pergunto eu, quando tem todo o trabalho de cuidadoras e o trabalho da manutenção da casa, dos filhos?

Portanto, é urgente e necessário que a gente possa trabalhar essa perspectiva, inclusive como uma forma de economia na saúde, porque sabemos que uma carga horária extenuante, como a nossa no Brasil, tem levado à exaustão, tem levado a doenças físicas e mentais, como apontam os dados do próprio Ministério do Trabalho, que indicam que, a cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem em empresas terceirizadas. Ou seja, o trabalho precário, o trabalho com carga horária além da condição humana. Portanto, precisamos debater a redução das doenças ocupacionais, garantir saúde e aumentar, sim, a produtividade – esse é o significado, a importância deste tema.

Nesse sentido, Presidente, eu estou encaminhando à Mesa Diretora desta Casa a necessidade de chamarmos uma reunião pública para debatermos este tema. Peço a cada uma e cada um dos parlamentares, faça este apelo para que a gente possa trabalhar em prol do bem-estar dos trabalhadores e das trabalhadoras. Acredito, sim, que podemos contribuir para termos um futuro mais feliz. A proposta que hoje corre na Câmara Federal trabalha uma PEC que aponta a necessidade de trabalharmos o regime 4x3 e, em 10 anos, reduzirmos a jornada de trabalho. Eu faço um apelo para que esta Casa busque entender mais esse debate e, ao final, poder se posicionar. A nós, mulheres, interessa a redução de trabalho, muito mais do que para os homens. A redução da jornada contribui para uma vida sem doenças, para uma vida com convívio familiar. Aliás, temos vários pastores religiosos aqui nesta Casa e, com certeza, em seus cultos, devem apelar – e mais aqueles que defendem, como eu, a família, o convívio familiar, a importância de termos acesso à cultura, ao esporte, à vida familiar e, quiçá, inclusive, ao professar a sua fé. É isso, muito obrigada.

(O Ver. Gilson Padeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, presidindo os nossos trabalhos, Ver. Gilson Padeiro; é uma honra para a bancada do PSDB ter V. Exa. sentado nesta Mesa, conduzindo os nossos trabalhos neste momento. Em nome da bancada, e também em nome do Ver. Marcelo Conselheiro, faço uso deste tempo para falar sobre três assuntos essenciais, importantes e fundamentais para o Rio Grande do Sul, e, fundamentais, por óbvio, para a capital dos gaúchos, Porto Alegre.

Nós vimos e saudamos, nesses últimos dias, lá na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, duas iniciativas serem aprovadas em comissão que, em breve, serão apreciadas no plenário. Essas duas proposições são de vereadores de partidos

distintos. Um dos projetos é a política estadual de desassoreamento dos rios, propositura do deputado Pasin, do Partido Progressista – a Ver.^a Mônica e o Ver. Mauro Pinheiro, que preside a Casa, representam o partido nesta Casa. O outro projeto é a política de desenvolvimento hidroviário estadual, propositura do Capitão Martim, do Republicanos, representado nesta Casa pelos vereadores José Freitas e também pelo colega Alvoní Medina. Juntas, essas duas proposições são importantíssimas para que a gente sonhe com o desenvolvimento hidroviário, nós que estamos vendo, nos últimos dias, mais uma embarcação encalhada lá na sua região, Presidente Gilson Padeiro, em Itapuã. Milhões, repito, milhões de reais em prejuízo quando a gente vê, nesses últimos dias, um grande graneleiro e uma grande embarcação encalhados aqui em Porto Alegre. Essas duas proposições – a política estadual de desassoreamento dos rios e a política de desenvolvimento hidroviário – são importantes para que nós possamos desenvolver todo o potencial que nós merecemos em Porto Alegre, especialmente na questão do aumento do calado e no desassoreamento dos rios, para que a gente faça transporte, uma hidrovía para escoar a produção e vários outros benefícios de turismo e esporte náutico. Eu tenho a honra de presidir, nesta Casa, as frentes de Desenvolvimento Hidroviário e também de Esportes Náuticos.

Por último, Ver. Gilson e Ver. Marcelo, jogar luz aqui, Ver. Marcelo Bernardi, a uma pauta muito importante de V. Exa., que diz respeito às crianças e à educação. O futuro só será possível se nós cuidarmos das crianças e da educação. Então, saudar, sim, o anúncio do governador Eduardo Leite, da secretária Raquel Teixeira, que abrilhantam os jornais dos últimos dias, mostrando que, em 2023, nós tínhamos, Ver. Gilson, apenas 11 escolas de ensino médio em tempo integral, de 2018 até 2023. O anúncio do governador Eduardo Leite e da secretária de Educação, Raquel Teixeira, já nos dá uma dimensão do quanto vem sendo investido no turno integral, que Leonel Brizola sempre defendeu, Ver. Marcelo Bernardi, para que as crianças tenham quatro refeições diárias e fiquem na escola.

Já temos, no Rio Grande do Sul, quase 300 escolas em tempo integral – são 296, e a meta até 2026 é de que a gente tenha um aumento, sonhar com 50% das escolas de ensino médio tendo turno integral. Saudando essas iniciativas, a escola de ensino médio em tempo integral, e também a política estadual de desassoreamento dos rios e a política de desenvolvimento hidroviário, nós ocupamos este espaço para que os porto-alegrenses possam, cada vez mais, ter atenção ao que vem de bom por aí. Muito obrigado, Presidente Gilson, pela oportunidade, e à bancada do PSDB pelo uso desse tempo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Gilson Padeiro, vereadores, vereadoras, público que assiste à TVCâmara, trabalhadores municipais da cidade de Porto Alegre que estão aqui, companheiro Assis, companheiros

do Sindicato dos Municipários que também estão aqui defendendo a reposição salarial. Estão também – e essa é a novidade do dia de hoje – lutando contra a tentativa do governo de liquidar com o direito, aliás, o governo Melo tem... O programa do governo Melo foi a continuidade do programa do prefeito Marchezan no que diz respeito ao ataque aos direitos dos servidores. Ele está agora tentando retirar mais um direito, como se não bastasse a quantidade de ataques que a categoria municipal teve, que os aposentados tiveram. Agora, ele quer retirar a licença-prêmio, e quer retirar a licença-prêmio, pelo desejo do governo, este ano. Vereadores e vereadoras, o governo colocou, na reunião conjunta das comissões, que é um tipo de mecanismo para acelerar o processo legislativo e a votação de determinados projetos, que pode ser útil diante de projetos bons. No entanto, o governo colocou o fim da licença-prêmio dentro da reunião conjunta das comissões, que reúne hoje, está na pauta, e, por isso, os servidores tiveram que vir aqui, forçados, porque ninguém quer ficar aqui escutando os discursos dos vereadores. Em geral, não é um desejo dos servidores virem aqui, mas o governo tenta o tempo inteiro atacar os direitos dos servidores, e as pessoas têm que vir para a Câmara para tentar pressionar para que seus direitos não sejam liquidados, porque esse é o objetivo e o desejo do governo.

Mas eu quero deixar claro: não vai passar no dia de hoje. O governo não vai retirar a licença-prêmio dos servidores municipais. Não vai passar! E eu quero dizer mais: não vai passar porque é ilegal, é ilegal. Nós temos a lei, e espero que o governo retire, diretor legislativo Luiz Afonso, já estou alertando o líder do governo para que retirem da reunião conjunta, porque é ilegal colocar essa pauta na reunião conjunta das comissões. A [Lei nº 9.504](#), de setembro de 1997, estabelece as normas para as eleições. E essa lei deixa claras as condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral. (Lê.): “São proibidas [diz a lei], aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos [até a posse dos eleitos], sob pena de nulidade de pleno direito.” A lei estabelece algumas ressalvas. Dentro das ressalvas estabelecidas pela lei, não consta a licença-prêmio, portanto é ilegal retirar a licença-prêmio. O governo tem a obrigação de retirar da pauta essa sua proposta indecente de ataque aos interesses dos servidores. Já não é um problema de convencer o governo, porque a gente sabe que esse governo não tem como ser convencido, trata-se de derrotar esse governo. Nesse caso, o governo será derrotado nas suas pretensões, porque é ilegal mexer nessa vantagem dos servidores públicos, nesse direito dos servidores públicos de ter a licença-prêmio. Só a próxima legislatura pode debater e votar esse assunto. Antes disso, a lei deixa claro: é nulo, é nulo o efeito. E, nesse caso, o governo vai ter que cumprir a lei.

Nós sabemos que este governo teve muitos casos de corrupção, portanto, teve muitos casos em que a lei não foi cumprida, mas, neste caso aqui, como nós estamos num

debate público na Câmara de Vereadores, não tem saída. Aqui não tem como se esconder; aqui o debate tem que ser feito. Esse projeto foi apresentado para ser votado numa reunião conjunta das comissões com o interesse do governo de aprová-lo este ano, mas não pode, não pode retirar esse direito. Vão ter que debater na próxima legislatura, numa nova relação de forças, mais desfavorável para o governo Melo. Nós vamos seguir resistindo, e espero que, com mais força, com mais organização dos servidores públicos municipais, porque nós vamos virar o jogo. A eleição foi o momento em que o Melo teve maioria, mas ele não teve maioria para tudo, ele não teve um cheque em branco. Teve mais de 30% de abstenção, teve um peso da oposição; não foi um cheque em branco, muito menos um cheque para apresentar e para aprovar projetos que, claramente, são ilegais. Portanto, essa licença-prêmio não passa no dia de hoje. Muito obrigado.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Presidente Gilson, eu queria só fazer uma consideração, porque eu fiz uso da palavra e cometi um equívoco que foi muito bem lembrado pelo Ver. Ramiro Rosário. Quando eu cito a bancada do Republicanos, não citei a integrante da bancada, a Ver.^a Mari Pimentel. Então, sintá-se citada, Ver.^a Mari, foi um ato falho não ter lembrado o nome de Vossa Excelência. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, venho até esta tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras, comemorar a redução da taxa de desmatamento da nossa Amazônia neste período de agosto de 2023 a julho de 2024: 30,6% de queda. No cerrado, também é uma felicidade, um dos biomas mais ameaçados do Brasil, uma redução de 25,7%. O que isso significa? Significa também a redução de gases do efeito estufa.

Por que a gente fala disso? Porque, na semana que passou, nós vimos na Espanha um alagamento que ocorreu rapidamente, foi uma devastação. Aqui, em Porto Alegre, também vimos isso em maio, mas até agora a Prefeitura de Porto Alegre não colocou uma política em prática de rearboreção da cidade. Pelo contrário! Os deputados estaduais envergonharam o povo gaúcho, na última semana, quando votaram que agora qualquer um pode desmatar, cortar as árvores, em quaisquer cidades, sem ter um engenheiro agrônomo, um biólogo. Quer dizer: não aprendemos! Mais de 400 municípios sofreram com as enchentes derivadas diretamente da crise climática, e os nossos deputados, representantes, entre aspas, vão lá e votam por mais desmatamento, num Estado que já perdeu os animais, os felinos, entre outros, de topo de cadeia. Não tem mais! O Rio Grande do Sul tinha onça-pintada em Porto Alegre, tinha na Serra, tinha no Noroeste Colonial, tinha na região do Pampa; não tem mais! Isso significa que as florestas, os biomas foram devastados. O Pampa, aqui, é um dos que mais devastam anualmente, estão retirando o pasto nativo e transformando-o em lavoura de soja. “Nós estamos avançando!”, eles dizem, que isso é o avanço da sociedade, mas eu não posso

considerar o avanço da sociedade quando todo o 4º Distrito foi alagado, quando esta Câmara e os bairros daqui – Praia de Belas, Centro Histórico, Menino Deus, Cidade Baixa – foram alagados. Eu não posso acreditar que é avanço social, que é um mundo melhor, quando o Sarandi ficou quase um mês embaixo do esgoto – para não dizer outra palavra –, em que as famílias perderam tudo o que conquistaram ao longo de anos de trabalho.

E aí nós temos um governo municipal, que foi reeleito, mas não consegue se conectar com os avanços da ciência, da cultura, da tecnologia. É simplesmente desolador saber que os que nos governam estão virando as costas para a realidade. O que vai acontecer? Vão ficar vendendo ilusão que vão consertar as casas de bombas, que vão ajeitar o Muro da Mauá. Tem um aí que até está dizendo que tem que derrubar o Muro da Mauá, se foi o Muro que salvou o Centro Histórico. Vocês viram como ficaram o Guarujá, Ipanema, Lami, sem o Muro da Mauá? As ondas destruíram os muros, as casas; aqui não teve onda. Aqui, no Centro Histórico, ficou intacto, alagou, senão teria destruído tudo, devastado tudo: aqueles prédios, aquelas casas, todas as residências. Então, a gente tem que ter consciência, tem que pensar no futuro para os nossos filhos, para as crianças que virão. Temos que deixar de ser egoístas, pensando só na gente, no empoderamento, no endinheiramento, que é esse mundo material que passa. E, para as gerações futuras, que cidade nós vamos legar? Que mundo nós vamos legar com a destruição dos biomas?

Por fim, eu quero parabenizar a luta das municipais, dos municipais que se encontram aqui presentes e dizer que nós estamos juntos com o Simpa. O Simpa sabe – o Simpa é de luta, a ATEMPA, a Astec – que o servidor da Prefeitura não tem Fundo de Garantia, portanto ele tem a licença-prêmio, que é a metade do que o Fundo de Garantia representa para as trabalhadoras, os trabalhadores CLT. A cada cinco anos, os trabalhadores CLT ganham o equivalente a seis salários, seis meses em recolhimento de Fundo de Garantia. Já o município, a cada cinco anos, são três meses, mas não de salário, é a licença-prêmio, ele pode sair mediante acordo com as chefias, com a organização do setor, portanto o trabalho não fica desassistido. Ou seja, o município hoje representa metade do custo do CLT. Se querem retirar a licença-prêmio, têm que dar o Fundo de Garantia, não podem retirar mais uma coisa! O que será dos nossos médicos, enfermeiras, professoras, trabalhadores do saneamento, da limpeza urbana? Então, eu peço a sensibilidade dos colegas. (Palmas.) Vamos olhar, Presidente, para os nossos engenheiros, arquitetos, psicólogos, para as pessoas que estão dando a vida lá todo dia, garantindo um serviço público de qualidade. A gente vai retirar três meses dele sem dar os seis meses de Fundo de Garantia que tem o CLT fora da Prefeitura? Não é justificável, ainda mais um governo reeleito. Para que fazer isso agora, virar as costas aos trabalhadores? Sem contar, encerrando, que não está salvaguardado na legislação; tem legislação específica de 1997 que proíbe qualquer mudança de carreira em período eleitoral, e é em cima disso que nós vamos, se preciso for, judicializar.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD): Boa tarde!

Quero saudar o nosso Presidente em exercício, Gilson Padeiro, os demais colegas vereadores, os colegas da minha bancada do MDB, o público que está aqui presente e o público que nos assiste. Tenho a saúde mental como propósito do meu mandato e venho a esta tribuna compartilhar com alegria um projeto direcionado para as pessoas que sofreram com essas enchentes no mês de maio deste ano. Este projeto de saúde mental foi concebido pela Mental Health Foundation, no Canadá, e, graças a uma parceria com a PUC, está disponível em português para apoiar as pessoas afetadas pelas enchentes. Trata-se do programa Text4Hope, que utiliza mensagens baseadas na Terapia Cognitivo-Comportamental – TCC, escritas por profissionais da saúde mental, oferecendo um apoio diário que incentiva o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento e resiliência.

As mensagens positivas ajudam a reduzir em até 25% os sintomas relacionados ao estresse, à ansiedade e à depressão, e os assinantes podem receber, então, essas mensagens por um período de três meses, que é o período desse programa. O processo inicia com o preenchimento de um questionário que avalia os níveis de estresse, ansiedade e resiliência do participante, em que cada cidadão não precisa nem referir o seu nome, o que garante a idoneidade do processo. Essa ferramenta já ofereceu suporte de saúde mental aos residentes do Canadá durante a pandemia da covid-19, assim como das enchentes no Canadá em 2020 e dos incêndios florestais em 2023 no Canadá. Os participantes relataram redução dos sintomas de estresse pós-traumático e transtorno de depressão e ansiedade.

É importante ressaltar que o Text4Hope foi desenvolvido por especialistas com base em evidências concretas. Não se trata de um conteúdo genérico de autoajuda, não se trata de um *site*, de um *blog* de autoajuda, mas sim de profissionais da saúde mental que fizeram esse programa com o objetivo de reduzir os sintomas de estresse pós-traumático. Na companhia do professor Cristian Haag Kristensen, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trauma e Estresse – NEPTE-PUCRS, e professor de psicologia da PUCRS, estivemos em reuniões na Famurs – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, que é a federação dos prefeitos do nosso Estado, levando essa ferramenta para todos os prefeitos do nosso Estado. Estivemos também com o secretário da saúde Fernando Ritter com a ideia de divulgar isso entre os servidores, especialmente da saúde, e o público que a saúde também atende. E a nossa ideia agora é seguir com a agenda, incluindo uma reunião com a secretária Arita, secretária de saúde do Estado.

Aqui está no telão o QR Code. Para quem quiser acessar o QR Code, basta abrir a câmera do seu celular e vai abrir esse instrumento para preenchimento dos seus dados. Quero dizer que investir em saúde mental não é apenas uma questão de bem-estar social, é uma decisão economicamente inteligente. A Organização Mundial da Saúde estima que, para cada dólar investido em tratamento para depressão e ansiedade, gera um retorno de quatro dólares em melhoria da saúde e capacidade de trabalho.

Antes de finalizar, só quero compartilhar um outro assunto: a partir de amanhã, estará aberta aqui na Câmara a exposição fotográfica “História e Missão: 100

anos da Assembleia de Deus em Porto Alegre”. Estará aberta ao público aqui na Câmara a partir de amanhã até o final do mês. Essa mostra celebra o centenário

da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, são 100 anos de história, que iniciou com os missionários Nils Taranger, irmã Mary, pastor Gustavo Nordlund, irmã Elisabeth, que plantaram raízes profundas que florescem amor, compaixão e serviço ao próximo. Ao longo desse século, a Igreja Assembleia de Deus se firmou como uma luz para a nossa sociedade, uma igreja que acolhe, que consola, que educa e que transforma. A nossa igreja se tornou uma referência de fé, de comprometimento e trabalho social. Hoje, em Porto Alegre, são 61 distritos, cerca de 280 congregações e cerca de 16 mil membros. No Estado do Rio Grande do Sul, são 400 mil membros distribuídos em mais de 6 mil templos. Para encerrar, Presidente, fica o convite a todos para conhecer a exposição fotográfica “História e Missão: 100 anos da Igreja Assembleia de Deus em Porto Alegre.” Muito obrigada e que Deus abençoe.

PRESIDENTE GILSON PADEIRO (PSDB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Uma saudação aos dois Presidentes, eu tenho sorte, pois fui anunciado por um e conduzido pelo outro. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, escutei atentamente o Ver. Robaina e o Ver. Jonas, e, daqui a pouco, teremos a reunião conjunta das comissões. Eu quero garantir para vocês, vereadores Jonas e Robaina, que nós não vamos votar esse projeto este ano, não vamos votar. Ele está apenas na reunião conjunta das comissões, o que não quer dizer que tenha votação, e eu posso garantir que a votação não ocorrerá neste ano. Acho que, dito isso, estamos resolvidos e valorizando a plateia que esteve aqui presente.

Nas últimas semanas, um acompanhamento... Olha, eu assistia à Rede Globo, à GloboNews e a algumas outras *news* aí, até que a Jovem Pan não muito, Cássia, a Jovem Pan acreditava mais não nas pesquisas. Eu ouvia e assistia àqueles comentários e achava que a Kamala iria dar um banho de votos, parecia que iria ser uma coisa impressionante. E, agora, nós estamos vendo, depois de abertura dos dados, que o Trump foi o mais votado entre os negros, foi o mais votado entre os jovens, foi o mais votado entre aqueles que estão trabalhando. Só não foi o mais votado lá no Vale do Silício, na Califórnia, onde pessoas como Soros, que é o financiador da esquerda mundial, que explora, através dos bancos, através do capital... A esquerda fala muito do capital especulativo, mas não tem ninguém no mundo que especule mais que o Soros. Aí, vem um empresário que se dedica a produzir, um empresário que produz, que é o Elon Musk, e dá um banho no Soros e na turma do Vale do Silício.

Não foi só o Trump que ganhou a eleição. Quem ganhou a eleição foi a ideia do trabalho, de quem trabalha, de quem gera renda, de quem não fica uma tarde toda fazendo *lobby*. Essa foi a vitória nos Estados Unidos, e é essa vitória que está respigando

aqui. Está respingando aqui. E o pessoal da esquerda começou a sentir de uma forma muito forte, a tal ponto que os conselheiros mais próximos do Lula começaram a aconselhá-lo a dar uma guinadinha para a direita, em direção ao Centrão.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): A esquerda é igual a violino: ganha aqui e toca o violino com a direita; a esquerda toca violino com a direita. E é isso que está acontecendo. Então, é uma semana muito interessante para nós, aqui, fazermos uma avaliação. Lá não tem terceiro turno. Lá não tem terceiro turno. E eu espero... Lá não tem terceiro turno e aqui também não terá terceiro turno. A diferença de votos que aconteceu lá nos Estados Unidos, onde dá uma grande diferença de votos, não tem sentido ficar discutindo o 3º turno.

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Tchau, queridos, tchau queridos. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver. Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Mauro Pinheiro, público que nos acompanha aqui. Dificilmente estarei aqui para votar esse desafio, que é a licença-prêmio, mas, principalmente, o desafio que é pensar na carreira do servidor. Eu acho que é isso que se diminuiu neste debate simplório aqui, sempre com ataques, muitos ataques pessoais, mas nunca para se falar sobre uma reforma geral do plano de carreira dos servidores públicos. Nós precisamos, sim, ter servidores públicos motivados; nós precisamos, sim, que os meus colegas de colégio, que a nova geração queira estar no poder público, queira estar nas escolas, nos postos de saúde, em todos os locais servindo à população. E isso é um desafio ainda, vereadores. E me parece que toda vez que vêm projetos pontuais, pensando apenas na perspectiva financeira, nós diminuimos o grande debate, que é repensar o serviço público para as próximas gerações – para as gerações que vão trabalhar pelos próximos 30 anos – e como nós vamos trazê-las para as salas de aula, para os postos de saúde, para os hospitais, para a Guarda Municipal. Por isso que eu venho aqui para debater esse assunto. Nós não sabemos se será neste ano legislativo, no próximo, eu não estarei aqui, mas se eu puder, como vereadora, neste último momento, levantar esse ponto, para a direita e para a esquerda, Ver. Alex, da importância de revisarmos o modelo como um todo, de nos questionarmos. Será que apenas a licença-prêmio vai garantir que a nova geração queira estar nas escolas, ir para nossa periferia, educar nossos alunos? Será que nós não precisamos revisar por completo? Será que só olhar pela perspectiva financeira,

pontualmente, vai resolver o problema dos cofres públicos e do serviço de eficiência que a gente precisa para o serviço público? Acredito que esse debate se diminui toda vez que nós trazemos a ideologia e a paixão para cima de um debate tão importante. Nós vimos, e eu acompanhei aqui como vereadora, o aumento do salário dos fazendários, o aumento do salário dos advogados da Prefeitura. Eu gostaria que alguém da nossa plateia levantasse a mão se trabalha na Secretaria da Fazenda e ganha R\$ 35 mil por mês, ou se algum de vocês trabalha na Procuradoria do Município. (Pausa.) Não. E é assim que temos, novamente essa discrepância: quem está aqui são os servidores que ganham pouco, enquanto esta Câmara de Vereadores aumentou em mais de R\$ 40 milhões o custo daqueles servidores que ganham acima do teto do prefeito. Isso não foi debatido, não teve mobilização da sociedade. Isso passou na Câmara e, novamente, a gente penaliza quem precisa mais, que são os servidores públicos da ponta.

Por isso, venho reforçar este pedido para que esse debate seja ampliado para além de direita e de esquerda e, sim, em como vamos equalizar o trabalho e o salário de professores, médicos, enfermeiros, guardas municipais e também dos servidores da Fazenda e procuradores. A gente sabe que essa é a grande diferença que tem no dia a dia do serviço público.

Por fim, Ver.^a Biga Pereira, gostaria de reforçar o seu debate sobre as cargas de trabalho e a importância de revisar o modelo que nós temos de trabalho. Mas eu reforço que este modelo que nós temos hoje, dessa CLT, tão grande e ampla, tão densa, que regulamenta as relações entre o trabalhador e o empregador, é o que atrapalha hoje o Brasil. Isso porque, além de ser grande e ampla, metade do salário de cada um vai para o governo e não volta na forma de serviços públicos de qualidade e também dignidade para a população.

Para reforçar, se me permite contar um pouquinho da minha história: tive um filho, o Luigi. Eu ganhava um salário pela empresa e trabalhava 44 horas semanais. Quando eu tentei fazer um acordo com a empresa para reduzir e ficar mais com o meu filho, não consegui; a desculpa foi a CLT. Que tenhamos mais liberdade nas relações de trabalho, e isso empoderará as mulheres para que elas consigam conduzir a sua jornada de trabalho de acordo com a sua realidade pontual. Se, com o Luigi tendo apenas quatro meses, eu não tinha como ficar trabalhando 44 horas e estava disposta a reduzir o trabalho e o salário, isso deveria ser uma realidade para qualquer trabalhador. Não deveria ter um arcabouço da CLT ditando como devem ser as relações minha e da empresa que eu trabalhava. Obrigada, vereadores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos escutam no YouTube, na TVCâmara e aos que nos acompanham aqui no plenário. Eu estava, hoje de manhã, conversando com um amigo meu que tem uma pequena propriedade na área rural e que se esforça, trabalha muito, para conseguir colher o fruto

do seu trabalho. Por incrível que pareça, isso passa ao longe de muitas pessoas intelectualizadas, que não prestam atenção na vida normal das pessoas que trabalham de sol a sol. Como o trabalhador da área rural, só para citar um, que sente na pele o peso de políticas que são feitas internacionalmente e impostas de cima para baixo nos países, estados e municípios. O colega que me precedeu, Ver. Cecchim, por quem eu tenho enorme apreço, veio aqui enumerar motivos da vitória do Trump. Motivos os quais levaram os Estados Unidos a rejeitar, de forma tão contumaz e avassaladora, uma política *woke*, progressista, radical de esquerda, que influencia as escolas e as universidades, como a lei da mordança, um cancelamento e uma perseguição sobre quem trabalha e quem produz em qualquer área, baseada em narrativas. E a narrativa de que falo aqui hoje é a de que o agro, não importa o tamanho, é um inimigo do meio ambiente. O mundo está acordando. Hoje, eu tive o prazer de participar, na hora do almoço, de uma manifestação na frente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ainda pequena, mas que eu tenho certeza que vai crescer, porque em alguns países ela já é gigantesca. Uma manifestação de repúdio à tal agenda 2030 e tudo o que ela traz. Ela está sendo refutada, combatida, rejeitada em todo o mundo, onde as pessoas já se deram conta de que é uma agenda bonitinha, vem bem embalada, mas que tem como objetivo enriquecer mais os mesmos que já têm muito e empobrecer e retirar daqueles que têm menos, favorecendo os monopólios e as grandes corporações. Dentro disso, a perseguição ao agro de qualquer tamanho é exemplar. A tentativa de transformar e obrigar todos os produtores do agro a serem orgânicos até 2030 é algo que eu refugio em Porto Alegre, e nós ainda vamos falar a respeito desse assunto, porque, apesar de ter sido votado e aprovado antes de eu chegar aqui, antes de eu ser vereadora, em 2016, não é uma pauta com a qual eu me sinta nem um pouco confortável; e é uma pauta que eu vou buscar um amplo debate e audiência pública, que não houve na época. Eu conversei com produtores de todo o Estado, e é pavor deles tal obrigação. Todos querem produzir de forma mais natural e sustentável e todos querem, sim, alimentos mais naturais e sustentáveis, o que nós não podemos é criar regras que obriguem todo o setor do agro a ser orgânico, ou carbono zero, ou qualquer uma dessas outras pautas que não houve avaliação de impacto econômico no nosso Estado, nem de impacto sobre a nossa segurança alimentar e nem da questão da soberania dos nossos produtores. E nós não podemos aceitar isso. Tem um zum-zum-zum aí de que o governo do Estado vai querer obrigar todos os produtores do Estado a migrarem para o orgânico até 2030. Meus amigos, essa pauta não passará! Nós faremos um tremendo trabalho de conscientização com os nossos deputados estaduais que, infelizmente, 80%, se não mais, permanecem adormecidos para os grandes temas que importam no nosso Estado. Nós vamos lá cutucá-los e dizer: senhores deputados, nós precisamos ter políticas que sejam plurais, que respeitem quem produz e, em primeiro lugar, não pensem em elevar o preço dos alimentos e causar insegurança alimentar por regras que vêm da ONU, que vêm de clubes internacionais de economia e que não são feitas nas nações, ou pensando no contexto das nações e da necessidade dos povos. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, assistência nas galerias, pagadores de impostos que nos assistem pelas mídias digitais da TVCâmara. Trump nomeia mulher como chefe de gabinete pela primeira vez na história dos Estados Unidos; Susie Wiles foi codiretora da campanha vitoriosa do republicano. A cada dia, a narrativa, o castelo de cartas da esquerda, rui um pouquinho mais. São os socialistas que adoram um capitalismo, vide Manuela d'Ávila, que aliás abandonou o seu partido, Ver. Giovani, ela não quer mais ser comunista, porque ela gosta é de dinheiro, e ela sabe que é o dinheiro que movimenta o mundo, e não ideologias, como essa que o Trump, numa caneta, detonou vocês todos da esquerda. É o primeiro a colocar uma mulher como chefe de gabinete na história. Passaram Obama, Biden e outros esquerdistas, e nunca colocaram. Trump o faz porque a mulher é boa, não por ser mulher, mas porque ela é competente. Por isso, e com essa introdução de que o povo dá voto de confiança, mas não é burro, nós estamos vendo os Estados Unidos, estamos vendo as cidades brasileiras; vimos o povo da Argentina, recentemente, cansado de pregarem uma coisa para eles e os seus líderes se refestelarem no que há de melhor do dinheiro público, no que há de melhor do capitalismo e dos valores da sociedade ocidental. Defender o Hamas aqui, na Esquina Democrática, é uma barbada; os movimentos LGBT e trá-la-lá. Eu quero ver defender o Hamas na Faixa de Gaza! Com isso, eu trago o debate para Porto Alegre. A população, 62% dos que foram às urnas em 2º turno disseram que está na hora de parar com essa hipocrisia, que está na hora de cair no conto dos vigários esquerdistas, que prometem o céu para si, entregam o inferno para seus governados. O PSOL mesmo, que se arvora como grande coisa, tinha cinco prefeitos e não reelegeu ninguém; em Belém, o PSOL tinha o prefeito mais mal avaliado do Brasil, dentre as capitais. Então, está na hora de modernizarmos a máquina, vamos votar “sim” à extinção da licença-prêmio, que se converta em licença... (Vaias.) É, tem que estudar, vai ter que estudar. Vocês vão ter que se capacitar, pelegos; pelegos do sindicato, vocês vão ter que se capacitar. Vamos também, como sempre o fizemos, votar contra, Ver. Ramiro, o aumento de salário para político, o aumento de salário para o topo do funcionalismo, sempre entendendo no estado necessário, numa modelagem que caiba no bolso do pagador de impostos. Aliás, congratulo o Sebastião Melo que disse: “Olha, até dá para aumentar as secretarias, mas não vai aumentar o gasto da máquina pública.” (Vaias.) A vaia dos pelegos, a vaia da pelegada é o aplauso da sociedade que se esmaga num ônibus apertado, que acorda cedo para empreender, que paga impostos, que gera renda e riqueza para a cidade de Porto Alegre. Por isso, essas vaias que eu escuto são elogios, porque eles estão começando a ver que o povo não é burro, que o povo quer realmente um redesenho da máquina pública e que funcionário público bom, sim, continue, mas trabalhando, que vá estudar, que vá se capacitar, e não fique à mercê dos pelegos dos sindicatos, como esses que estão aí. Viva a democracia! O Novo está à disposição da cidade. Obrigado, Sr. Presidente. (Vaias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu queria que o vereador, se possível, permanecesse. Se possível, não quero atrapalhar. Mas, Presidente, vereadoras e vereadores, nós acabamos de assistir a um espetáculo dantesco aqui, e que é inadmissível. Inadmissível! Evidentemente que V. Exa. tem todo o direito de ter a posição política e o voto que quiser, mas não pode ofender quem vem a esta Casa, chamando-o de pelego. Não pode, vereador! Primeiro, porque não são pelegos, são lutadoras, são lutadores. Eu conheço, Ver.^a Grazi, praticamente todos, assim como a minha ilustre companheira. E sei, João Ezequiel; sei, Assis; sei, Mário; sei a luta de cada uma, de cada um, Marília, nesse período todo. Então, não pode um vereador vir aqui e chamar de pelego, não pode. Não se faz isso, isso não é da Casa, não é correto fazer isso. É correto e adequado, numa casa plural, que não tenhamos, Ver. Alex Fraga, a mesma posição; com isso não há problema. Nunca houve cobrança de posições diferentes, questionamento a divergências se é uma casa plural, e é. Mas o vereador vir à tribuna... Para as pessoas que visitam a Casa, que é tão delas quanto nossa, tão nossa quanto delas – essa é a Casa do Povo –, e serem chamadas de pelegos! Na área sindical, na área do trabalhismo, na área do enfrentamento com patrões, essa é uma afirmação muito pesada. Isso é uma ofensa muito grave. Muito grave! Isso, Alex Fraga, é como chamar alguém, no tempo da ditadura militar, de dedo-duro. É como chamar de dedo-duro na ditadura militar. É uma ofensa muito grave. Não poderia, em hipótese alguma, o vereador fazer isso. E, se a faz, tem que prová-la, tem que prová-la, porque é um processo de injúria, é um processo de difamação e, eventualmente, de calúnia. Então, eu respeito a posição divergente. Tenho tido o máximo cuidado, ao longo de toda a minha vida – e vou para o oitavo mandato –, em respeitar as posições que não são as minhas, assim como respeito a do ilustre vereador que me antecedeu. Mas não posso aceitar que pessoas que não têm microfone, que não têm a tribuna, que vêm visitar a Casa, sejam ofendidas dessa maneira. Não é possível! Não é possível, elas não podem responder. Então como é que pode isso, Presidente? Elas não podem responder. Ou então dá um microfone para cada uma para responder; elas não podem. Ou uma delas teria direito, pelo menos, uma teria direito, entre mais de 50 ofendidos, de dar a resposta adequada. Então, é uma situação constrangedora. Eu respeito o vereador que esteve aqui, respeito todas e todos. É o povo que escolhe quem vai ocupar aqui uma cadeira na Casa. Se cada um de nós, Ver. Conceição, fosse escolher os vereadores e as vereadoras que, de fato, seriam nossos colegas, talvez escolhêssemos, cada um, cada uma, três ou quatro dos que estão aqui, no máximo. Não, é o povo que escolhe, e eu respeito isso, respeito como democracia. Agora, não posso aceitar que vereadora, que vereador... Podem observar, ao longo da minha vida, a relação com a plateia, com o público, com quem vem aqui, onde já fui, Joãozinho, muitas e muitas vezes vaiado, como fui vaiado muitas vezes lá Assembleia Legislativa. A minha posição é muito diferente da posição que está aqui. Lembro que, esses tempos, fui vaiado ali pela segurança, bastante vaiado por sinal, e

respeito; não ofendi ninguém, não chamei ninguém de pelego, disso ou daquilo. Reitero e aqui concluo, Presidente, essa é uma ofensa grave. Eu me lembrei dos tempos universitários, quando alguém dizia, na ditadura: “Fulano é dedo-duro.” E eu dizia: “Isso é muito grave, tem que ter certeza. Tem que ter certeza, porque é muito grave.” Então, as pessoas foram ofendidas na sua honra, isso não pode acontecer aqui na Casa. Eu acho que houve um erro grave nesse sentido e, em nome da Casa, e por ser o decano da Casa, o mais antigo vereador e, a partir de janeiro, também o mais velho, serei o mais antigo e o mais velho em janeiro, porque os mais velhos que eu, infelizmente, não se reelegeram. Mas o mais antigo já sou; o único que foi vereador fora daqui, no outro prédio, sou eu. Eu sou o decano da Casa e, nessa condição, peço às senhoras e aos senhores, em nome da Casa, não do vereador, pois não tenho esse direito e nem ele me deu procuração, mas, em nome da Casa, peço desculpas às senhoras e aos senhores.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, eu gostaria de saber se o dito vereador pediu desculpas à Brigada, quando uma vereadora do partido dele, daquela tribuna, chamou o camburão da Brigada Militar de navio negreiro do século XXI. Se ele vier aqui pedir desculpa para a Brigada, a gente conversa.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não temos mais nenhum vereador inscrito. Em votação o requerimento desta presidência solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente aos períodos de Pauta Especial e de Pauta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR
(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 0686/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/24, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2025. (SEI 118.00636/2024-19)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que viu aqui desfilar o ódio ao serviço público. Isso é um absurdo. Como é que pode? Se o próprio gabinete dele não funciona sem os servidores públicos que estão na Câmara, que estão na cidade, ele faz pedido de providência, trabalhadoras,

trabalhadores, e ele acha que é o vento que realiza. Não, são os trabalhadores da educação, da assistência, do saneamento, são pessoas de carne e osso. Eu não sei, ele acha que está na televisão, que vai lá e fala um monte de coisa e não respeita quem faz a implementação do orçamento que nós estamos votando aqui. O orçamento, quem executa é o trabalhador, a trabalhadora. Aí é fácil dizer: “tira direito do trabalhador, da trabalhadora”, que é quem faz acontecer os direitos sociais, mas ele não entende de direitos sociais. Quem tem vida boa, boa casa, bom carro não respeita o povo trabalhador. Isso é um fato. Nós queremos saber de quem defende o trabalhador e a trabalhadora, vereador.

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não grite, não grite, vá com calma, tome um copo d’água que V. Exa. vai se acalmando e vai entendendo que quem faz acontecer é o trabalhador da limpeza urbana. O senhor todo dia vai lá e tira o seu lixinho para a rua, não é? O senhor acha que é o Espírito Santo que faz o lixo ir até Minas do Leão? Não, são os garis, são eles que trabalham, para o senhor não caminhar numa rua toda suja. O senhor gosta de sair da sua residência e a rua estar varrida, a grama estar cortada, o lixo, os insetos não estarem se proliferando. É, mas ele não quer enxergar, isto é o Partido Novo. Mas não se preocupem, trabalhadoras e trabalhadores, o Partido Novo, ele é uma pequena fração do que há de pior na política da ingratidão. Os ingratos estão no Partido Novo, porque eles se elegem em cima da luta do serviço público, em cima da luta do Estado. Eles falam mal do Estado, mas eles vão lá e pegam todo o dinheiro do fundo e gastam nas suas campanhas. É dinheiro recolhido pelo Estado, e falam mal do Estado! Eles dizem: “O Estado é pesado, vejam só o tamanho do Estado”. Eles querem um Estado grande para eles, para o Partido Novo, com vários CCs dentro do gabinete, mas ninguém numa escola dando aula. Eles não querem, porque eles nunca subiram aqui para cobrar desse governo concurso público, mais escolas. Por que eles não cobram que hoje, na fila do SUS, está em três anos a média para uma consulta com um médico especialista? A primeira consulta, ficam três anos esperando. Eles nunca subiram aqui para cobrar. Por que eles não defendem um Estado para a população mais sofrida, que precisa da saúde pública?

Nós estamos discutindo o orçamento, e eu quero saber qual é a emenda de V. Exa., Ver. Tiago, para aumentar os recursos para a saúde, para a educação. Eu quero saber se V. Exa. está lutando pelo povo da cidade. Lutar pelo povo da cidade é garantir mais escola, é garantir mais postos de saúde. Tem sete postos de saúde fechados, e V. Exa. nunca veio aqui falar que é um absurdo saber que quem mora na Orfanotrófio não tem posto de saúde; tinha e foi fechado. É, no mínimo, engraçado. Mas eu sei: esses supostos neoliberais, o neoliberalismo, para eles, é para os outros; para eles, é Estado grande. Eles nunca votam contra, não; contra o povo, isso sim, menos educação, menos saúde, que é o que nós temos hoje. O governo municipal não paga o piso para o magistério, e ele não sobe aqui para cobrar, ele sobe aqui para fazer desaforo, para provocar. Ele olha para lá, para os trabalhadores e trabalhadoras e parece que não enxerga pessoas de carne e osso

que lutam todos os dias pela política pública. Eu conheço várias pessoas, Ver. Tiago, dali, sei onde eles trabalham, onde trabalharam, algumas aposentadas, e eu sei que eles fizeram acontecer o direito social, e a gente tem que defendê-los, não vir para cá dizer: “Ah, nós vamos agora acabar com a licença-prêmio”. E não vai dar nada em troca? Que engraçado! Então, eu o desafio a oferecer algo para os trabalhadores e trabalhadoras, a ir defender o fim da escala 6x1, eu o desafio, se o senhor é tão a favor do povo, do cidadão, então alargue direitos e não sequestre direitos como a extrema direita faz. É escandaloso saber que as pessoas são eleitas em cima de sonhos que não se constroem, não se consolidam. O neoliberalismo não deu certo em lugar nenhum. V. Exa. sabe que não deu certo, tanto é que V. Exa. cobrou, aqui nesta tribuna, várias vezes, que o governo Lula trouxesse dinheiro após a enchente. E foi o Lula que trouxe R\$ 5,1 mil para cada família atingida, foi o Estado que V. Exa. fala mal, que o Partido Novo fala mal, que foi lá e deu R\$ 5,1 mil para cada um do 4º Distrito, do Sarandi, das Ilhas. Então não dá para dizer que o servidor público não merece, não dá, porque foram eles que implementaram os R\$ 5,1 mil; se não fosse a assistência social, as trabalhadoras fazendo o cadastro, não liberaria o dinheiro. Sabe por que não liberou mais rápido o dinheiro? Por que tem família que até agora não teve dinheiro liberado? Porque tem poucos funcionários na Prefeitura. Não tem mais concurso público na assistência social, falta RH para fazer o cadastro do cidadão para ele acessar. Não é o dinheiro da Prefeitura, porque o governo Melo não quis dar R\$ 5,1 mil; foi o Lula, o Lula deu o dinheiro e as pessoas tiveram um bloqueio, não puderam acessar o recurso por causa dessa proposta do Ver. Tiago do estado mínimo, menos estado, menos servidor público, porque parece que ele não foi atingido pela enchente. Nessas horas que a gente vê quão importante é um estado estruturado e um servidor público incentivado. Inclusive, muitos desses servidores que vocês querem tirar a licença-prêmio tiveram as suas casas arrasadas pela enchente; perderam tudo. São monitoras, professoras, técnicos de enfermagem. Houve um trabalhador do DMAE – eu estou vendo o Edson aqui, ele pode me lembrar o nome do trabalhador – que, mesmo tendo a casa alagada ali no bairro Floresta, ficou trabalhando e morando lá na GMAN durante todo o período, consertando os motores para voltarem a funcionar e secar a cidade que estava alagada. Esse cidadão, ninguém fala dele, ninguém olha para ele, aliás, querem olhar tirando dele a licença-prêmio, que é a única coisa que sobrou no DMAE, porque eles demitiram 2,5 mil cargos, não admitiram, não fizeram concurso, eles acabaram – eles acabaram com o DMAE! E eu quero lembrar: é mais um do Partido Novo, que estava lá no DMAE, destruindo o DMAE, o Ver. Ramiro. Ele estava lá destruindo o DMAE; ele ajudou a destruir, a tirar servidores. Então, se hoje a cidade ficou mais tempo alagada porque faltavam funcionários, é que ele não fez concurso! Ele não trabalhou pelo povo! Mas o salário dele, naquela supersecretaria, estava em dia. E aí que a folha de pagamento do secretário Ramiro não estivesse em dia, ele ia lá no RH, ficava brabo! Olha só – olha só! Então, vereadores, não se iludam com essa gente da pantomima, da patuscada do estado mínimo. O estado tem que ter um tamanho necessário para garantir que a população tenha acesso à política pública.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não concedo o aparte porque V. Exa. pode vir falar aqui depois e V. Exa., a vida inteira, fica fazendo a sua cena, a sua encenação aqui, enquanto o povo trabalhador não tem vaga em creche. V. Exa. teve quatro anos para lutar por um estado necessário, e agora vem aqui querer tirar a licença-prêmio de quem trabalha, há muitos anos, na Prefeitura. Não vai levar! V. Exa. não vai levar essa, porque o povo sabe que é direito de quem produz a política pública, a política para o povo. Eu agradeço imensamente às professoras, arquitetas, assistentes sociais, engenheiras, monitoras de todos os âmbitos, aos trabalhadores do saneamento, da limpeza urbana, da SMAMUS, que também está desmontada. A SMAMUS foi desmontada, e hoje o arboricídio também é a resposta social do desastre à estrutura pública. Nós vamos continuar lutando por orçamento real e não um orçamento *fake*. Eu quero mais dinheiro para as políticas sociais, e essa é a nossa luta, e nós vamos continuar firmes aqui apesar do Partido Novo.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Uma questão de ordem. Esse mentiroso, covarde, que não me deu aqui a oportunidade de dar um aparte na fala dele, disse que eu recebia, na Secretaria de Serviços Urbanos, um salário e que este, sempre que fosse atrasado, eu reclamava e tal. Que saiba o professor Jonas Reis, que nunca deu aula, que inclusive eu fiz a opção de receber um salário menor do que o do vereador, que eu poderia – menor do que o do vereador –, para estar na secretaria recebendo um salário parcelado junto com os servidores, porque eu não achava justo eu ter o salário da Câmara enquanto os servidores que trabalhavam comigo estavam recebendo parcelado. E ao contrário dele também, eu dou o exemplo aqui: não fico gastando R\$ 3,5 mil de gasolina por mês, que eles pagam a conta, para tu ficares dando bandinha por aí, vereador. Covarde!

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, por gentileza, isso que o vereador fez aqui é debate de tribuna. Ele está aqui há oito anos e não aprendeu o que é questão de ordem? Quantos anos tu queres ficar aqui até aprender o regimento? É só ofensa, só ataque. Respeite a população! É um absurdo ter que ouvir isso aqui!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Mauro, colegas vereadores, público que nos assiste, hoje, aqui na galeria desta Câmara de Vereadores, TVCâmara, já quero começar dizendo que me sinto bem à vontade de não falar somente na LDO, porque na última vez que eu subi aqui e comecei a desenrolar a minha justificativa, o vereador, colega do PT, veio aqui me censurar que eu estava desenrolando meu pensamento. Então, já quero aqui dizer que estou falando sobre LDO, tanto quanto

o vereador do PT que me antecedeu falou. Porque, daí a César o que é de César: não podemos ter uma teoria e uma prática. Aliás, Ver. Ramiro, o que fez agora o Ver. Jonas reclamando que o senhor não estava falando em questão de ordem é o que ele mais faz, vem reclamar quando aqui nós fazemos um debate bem político em que ele se sente perseguido, ele sempre vai ali no microfone de apartes reclamar. Então eu não entendo isso, porque tem dois pesos e duas medidas nesta Casa.

Mas eu quero falar, sim, sobre LDO, e é importante que todos que estão aqui entendam que é Lei de Diretrizes Orçamentárias. O que significa isso? Significa o orçamento que o Município tem. Assim como nós temos um orçamento dentro da nossa casa e a gente tem que decidir o que fazer com aquele dinheiro que está ali disponível. Nota-se, primeiro, que o orçamento não é da Prefeitura, o orçamento é de todos nós, pagadores de impostos, o orçamento é do tributo pago pelo empresário, e é assim que se forma o orçamento que vai ser gerido pela Prefeitura. Importante a gente dizer que tal qual a nossa casa, se a gente recebe 100, a gente não gasta 200, porque isso não pode. Aliás, no governo do PT, teve uma pessoa lá que fez a tal da pedalada, isso significa que a gente gasta mais do que a gente recebe, e isso é uma ilegalidade.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Ó, eu não vou gritar que eu estou meio sem voz hoje, se vocês quiserem falar, vocês falem. Vou esperar. (Pausa.) Quando terminarem, eu continuo, que eu não posso gritar, eu estou meio sem voz hoje. Pedalada é o que o governo Melo não pode fazer, porque senão ele estaria em ilegalidade. Pedalada é quando a gente gasta mais do que a gente tem e a gente manda para frente todas as dívidas, fazendo, muitas vezes, que, com o outro governo, haja o pagamento, tal qual aconteceu com o governo aqui do Estado, do Tarso Genro, que deu o aumento para o pessoal, funcionário público estadual, e quem pagou a conta foi o governo Sartori. E isso é uma verdade que, às vezes, os avestruzes enfiam a cabeça para dentro da terra e não querem entender. Isso é algo importante. Que a gente não crie narrativas para que não se minta para o povo que está aqui nos escutando na TVCâmara, porque isso é aprendizado. A gente falando de LDO, a gente fala aqui – é a última Pauta Especial, Presidente? – é a última Pauta Especial da LDO, graças a Deus, porque ficar dez minutos escutando pessoas sem condições, sem responsabilidade aqui, escutar muita bobagem, a gente até fica meio burra nesta Câmara. Mas voltando à LDO, nós vamos estar votando o quê? Que o orçamento é “x” e que o governo municipal pode gastar “x” dividindo entre tantas pastas em que há necessidade. Por exemplo, educação, saúde, saneamento básico, iluminação pública, habitação, segurança, cultura e tantas outras coisas que nós, 36 vereadores, sabemos que são imprescindíveis para aqueles que pagam o imposto e que querem o melhor serviço.

Falando em melhor serviço, eu vi o colega aqui que me antecedeu, do Partido dos Trabalhadores, falando da consulta dos médicos, que é importante que se tenha, sim, uma flexibilização e uma rapidez no atendimento daquelas pessoas que necessitam

atendimento médico. E, vejam vocês, uma coisa está casada na outra, nós tanto falamos em telemedicina que facilita o atendimento daquela pessoa que precisa por conta da sua saúde, e nós tivemos, na última semana, a triste notícia que a Anvisa cancelou os receituários azuis e amarelos de forma digital. Ou seja, não pode mais um médico receitar a sua receita de forma digital, com QR Code. E sabem por quê? Porque a Anvisa disse que é difícil fazer o controle. E eles querem, ainda, que volte ao papel, ao bloco, com uma forma retrógrada, um retrocesso, sem cuidar da sustentabilidade, e o pior, sem pensar no paciente que precisa de agilidade. E isso tudo faz parte de decisões que nós temos que ter nesta Câmara: decisões do dinheiro que tem que ir para a saúde; decisões do dinheiro que tem que ir para a educação. Aliás, o IDEB foi péssimo no Município de Porto Alegre, temos que melhorar a educação, a começar pela educação infantil, que precisa ser ampliada de 0 a 5 anos e 11 meses. Isso é conversa também de LDO, para quem não entende. Quero falar também de dinheiro que muitas vezes é colocado no ralo, é colocado no lixo, como, por exemplo, 11 milhões de vacinas vencidas. Quem paga a conta? Pois é, o Ministério da Saúde do Presidente Lula, daquele pessoal que faz o “L”, deixou 11 milhões de vacinas vencerem. Vacinas que poderiam chegar aqui no Rio Grande do Sul, que poderiam estar em Porto Alegre, cuidando do teu filho, da minha mãe, do teu vizinho, do teu amigo; e as vacinas venceram. Mas não tem problema. Sabem por que é que não tem problema? Porque o amor venceu. Que lindo. O amor venceu, acabando com...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Vamos lá! Agora, o Ver. Jonas, que adora falar em mim. Faz foto bonita, Jonas! Porque se não falar em mim, ele não tem pauta. Entendeu? Tem vereador aqui nesta Casa que fala na Comandante Nádia com orgulho porque sabe que quanto mais bate, mais eu cresço. Então, fique à vontade, vereador, de fazer as suas estripulias aí.

Aqui nós temos que falar de verdade, com responsabilidade, com certeza de para onde vai o dinheiro. Por certo, todos os funcionários municipais mereceriam o aumento de 29,55% de reposição salarial...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Esse dinheiro poderia até ser entregue para o funcionalismo público municipal, que trabalha muito bem. Aliás, os que trabalham bem estão trabalhando agora, estão lá nas secretarias; estão lá... Mas, enfim, se – de novo – o governo federal tivesse mandado o dinheiro da enchente, o dinheiro que prometeu e não veio. Por isso eu faço aqui um apelo aos colegas vereadores do PT, do PSOL, do PCdoB, que apoiam o governo federal, que não é o meu caso, mas dinheiro é bom de qualquer lado, que mandem o dinheiro para cá, que sensibilizem o Presidente Lula a mandar o dinheiro da enchente para que possamos....

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Para que... (Pausa.) O senhor assegure o meu tempo, Presidente...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Se o Presidente Lula fizer a sua parte e ajudar o povo de Porto Alegre, encaminhando o dinheiro da enchente que prometeu e não veio, vai sobrar dinheiro no orçamento para se fazer outras coisas importantes e, até, quem sabe, repor o salário dos funcionários públicos municipais. Antes disso, nós temos que trabalhar com realidade: dinheiro que entra é dinheiro que tem que ser aplicado; no mais, é conto da carochinha; no mais, é populismo barato; no mais, é demagogia dos partidos de esquerda que perderam seus espaços e tendem a tentar ganhar mais seguidores. Mas isso não vai acontecer. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos, queria falar sobre alguns projetos meus que estão em tramitação aqui na Câmara, trazendo essa transparência para as pessoas que estão acompanhando e que, obviamente, é de interesse de toda comunidade. Um com relação à questão das *vans* escolares, que está em tramitação – os colegas vereadores vão ter que votar em breve –, um projeto de lei de minha autoria que trata de dois temas principais. Primeiro, é que hoje infelizmente os motoristas do modal *van* escolar só têm permissão para trabalhar com a *van* escolar. Então, o que acontece? Aquele motorista autorizado para transitar com *van* escolar, quando chega no período de férias escolares, fica sem renda. Uma forma que nós encontramos, ouvindo a categoria, foi autorizar que eles possam trabalhar também como motorista de táxi. Não é para ser proprietário de táxi, mas ter autorização para que, nos horários complementares em que não esteja trabalhando com a *van* escolar, ou no período de férias, ele possa ajudar na mobilidade, levando seu trabalho de motorista também como motorista de táxi. É um projeto que está em tramitação e que, para a categoria das *vans* escolares, faz muito sentido. Além disso, com o grande aumento da inflação, especialmente para os veículos, ficou muito caro para esse pessoal fazer a renovação da frota - e hoje existe uma limitação na renovação da frota que diz que tem que ter um número de anos mínimo para poder renovar. Como é um muito novo, é muito caro para conseguir fazer essa renovação. Eles pediram para que nós aumentássemos um pouco a idade daqueles veículos que já se encontram dentro do sistema, permitindo que a idade dos veículos a serem renovados possa ter três anos a mais, para que possam entrar na frota. Hoje, se tu fores comprar uma *van* escolar zero quilômetro, ela chega a R\$ 400 mil, R\$ 500 mil, o que, obviamente, acaba impactando o preço cobrado dos estudantes que

usam o transporte escolar. Se a gente conseguir aumentar a idade daquelas que já se encontram em operação para entrarem na frota com dois ou três anos de uso, isso vai reduzir o custo da renovação, qualificando o serviço e dando um fôlego para esse empreendedor que passou pela pandemia, passou pela enchente, ficou algum tempo sem poder trabalhar e agora está descapitalizado para poder fazer a renovação da frota.

Outro projeto meu que está em tramitação e que foi notícia no Porto Alegre 24 Horas, no Correio do Povo e também no Zero Hora – e que acho que cabe aqui falar para os vereadores, colegas – trata de três temas. O primeiro é sobre a reavaliação dos pontos de táxi obsoletos da cidade. Existem alguns pontos de táxi que não estão mais sendo utilizados para a finalidade econômica e acabam servindo como pontos de observação para assaltos ou algo nesse sentido. Algumas pessoas vêm ao nosso gabinete pedindo que sejam desmobilizados esses pontos de táxi. Infelizmente, não existe uma política pública de revisão dos pontos de táxi existentes, aqueles que se tornaram obsoletos. Então, uma das ideias é que isso passe a ser algo ponderado pela EPTC uma vez por ano.

Uma outra questão que é bastante importante, que não é levada em consideração, é na hora de fazer o estudo de impacto de mobilidade. Quando se vai demarcar faixas azuis para ônibus em Porto Alegre, faz-se um estudo sobre o quanto isso beneficia o ônibus, e todos nós concordamos que o ônibus tem que ser beneficiado. O problema é que não se leva em consideração o quanto isso impacta nos demais modais de transporte, como, por exemplo, carros, motos, os caminhões de lixo, coisas nesse sentido. Então, a segunda ideia desse projeto é justamente impactar, fazer com que o estudo leve em consideração não somente o benefício trazido para os ônibus, mas também o impacto negativo nos demais veículos que utilizam aquela mesma via. Um exemplo disso é a Av. Independência, que possui quatro faixas: duas são para carros, uma é exclusiva para lotações na descida e uma é exclusiva para ônibus na subida. Ou seja, em uma avenida de quatro vias, apenas duas são para o transporte normal das pessoas que utilizam carros particulares. É óbvio que temos que privilegiar o transporte coletivo, mas isso não pode ser feito às custas de aumentar demasiadamente o transporte das pessoas que não estão no transporte coletivo. O quinto tema interessante sobre isso, que está trazendo alguma repercussão e foi inclusive alvo de notícias no Porto Alegre 24 Horas, no GZH e no Correio do Povo, é a questão da demarcação de pontos de embarque e desembarque para motoristas de aplicativos. Algumas pessoas, por má-fé ou por desinformação, estão tentando dar a entender que a ideia é se criar pontos de táxi, entre aspas, para aplicativos. Nada a ver, não faz nem o mínimo sentido, porque o serviço por aplicativo atua por demanda, ou seja, eu estou parado onde eu me encontro, faço chamamento do aplicativo e ele vai até o ponto onde eu estou. A questão dessa nossa ideia de demarcar pontos de embarque e desembarque para aplicativos é que existem alguns poucos pontos na cidade de Porto Alegre – e isso acontece em todas as cidades – que têm tanta demanda de mobilidade de pessoas, de carros, de trânsito, que, às vezes, fica impraticável tu conseguires encontrar o teu motorista ou mesmo o motorista te encontrar. O que acaba acontecendo? Os motoristas de aplicativos são obrigados a estacionar em fila dupla para

fazer o embarque e desembarque, correndo o risco de quê? De serem multados. Então, por exemplo, já existe... Podem colocar aí no Google: demarcação de embarque e desembarque para aplicativos em Mogi das Cruzes. É uma cidade de São Paulo que fez isso em parceria com a CPTM, onde, em alguns locais de grande circulação, colocaram um ponto específico para espera de embarque e desembarque de aplicativos. Não é marcar na frente da tua casa um ponto onde tens que pegar táxi, nada a ver, é um local de grande circulação. Por exemplo, em Porto Alegre, nós temos a orla do Gasômetro; o Araújo Viana, durante grandes eventos; jogos de futebol no Inter e no Grêmio. Enfim, outros pontos da cidade, como o Mercado Público e Rodoviária, onde o motorista de aplicativo corre o risco de ser multado por não ter um ponto adequado para fazer embarque e desembarque. A ideia da legislação, que nem precisaria de legislação, mas justamente pelo fato de a EPTC não fazer isso, seria induzir a EPTC a demarcar, nesses pontos de grande interesse, locais para embarque e desembarque seguro. Porque, obviamente, vocês vão concordar comigo que a gente pode embarcar e desembarcar de um veículo em qualquer lugar. Só que existem locais que não são adequados para fazer esse embarque e desembarque e acaba causando risco de acidentes. Então, não é a ideia de atrapalhar o táxi, não é a ideia de roubar o cliente do táxi, não é a ideia de fomentar o transporte clandestino. Porque, de fato, existem alguns motoristas de aplicativos, entre aspas, que fazem corridas por fora e acabam roubando o serviço do taxista ou mesmo roubando o próprio serviço da pessoa que trabalha, entre aspas, certinho por dentro do aplicativo, mas ajudar a garantir a segurança das pessoas que, em grandes eventos, em locais de grande circulação, querem poder embarcar e desembarcar do seu aplicativo em segurança.

Essas são as ideias, os projetos estão em tramitação. Se alguém tiver alguma dúvida pode me procurar, vão ser bem-vindos para a gente poder tirar as dúvidas dos colegas. Valeu, estamos juntos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos escutam. Hoje, para falar sobre a Pauta Especial, eu selecionei algumas questões relativas ao meu mandato e a algumas coisas que não posso deixar passar sem serem devidamente comentadas. Sobre o meu mandato, eu gostaria de dizer que, no ano que vem, dando continuidade a todos os projetos que a gente teve, todo o trabalho para construir durante esses quatro anos, do auxílio e do fortalecimento das práticas integrativas na área da saúde, da ampliação das práticas integrativas para fora do Posto Modelo de Porto Alegre, que outras, muitas outras instâncias da saúde tenham acesso a esses profissionais, como já acontece também no Hospital Vila Nova, onde as pessoas possam, ao mesmo tempo em que cuidam da sua saúde através de médicos e terapias convencionais, usar terapias tradicionais como acupuntura, como a massagem, enfim...

Este ano nós tivemos muito trabalho nessa área, no ano que vem, nós vamos continuar trabalhando com as PICS (Práticas Integrativas Complementares em Saúde)

através da ampliação dos cursos de preparação para profissionais da área que queiram atender. E detalhe, estamos tentando fechar parcerias com deputados federais que tragam mais emendas para a cidade de Porto Alegre para que a gente possa estender esse trabalho das práticas integrativas da área da saúde para dentro das escolas municipais, por exemplo, para que os professores possam contar com uma massagem no intervalo entre uma aula e outra, que possam contar com o apoio de massoterapeutas e outras práticas integrativas dentro do seu local de trabalho. Isso só para falar das PICS. Outro ponto que nós vamos trabalhar e ampliar é a questão das hortas comunitárias e das cozinhas comunitárias em Porto Alegre. Nós estamos prospectando espaços na cidade que tenham um lugar para fazer isso, que a gente possa requisitar as áreas para o Executivo e fazer essas hortas comunitárias e as cozinhas comunitárias atuarem em conjunto dentro de uma mesma comunidade, porque isso é muito importante, desde a educação ambiental das crianças, aprendendo a como cultivar seu alimento, até aquela senhora, dona de casa, ou aquele trabalhador que quer uma renda maior, que aprenda a plantar e cultivar coisas que possam produzir, como temperos, um molho pesto, uma geleia; isso é renda agregada.

Dentro da outra linha que o meu mandato já trabalha, é o Centro Agrícola Demonstrativo, que fica na cidade de Porto Alegre, onde a gente já tem muitos recursos aplicados em emendas para o fortalecimento, tanto da Farmácia Viva, quanto da cozinha comunitária, quanto dos cursos de boas práticas, para que as pessoas aprendam a produzir e comercializar seus produtos. O entreposto de ovos orgânicos, que eu também dei recurso para que a gente pudesse ter; a cozinha, que vai ensinar os produtores a lidarem com queijo artesanal na área rural de Porto Alegre; tudo isso eu vou ampliar para um próximo mandato, e as parcerias já estão fechadas.

Além disso, estarei colocando também mais recursos, a partir do ano que vem, em todo o trabalho que já tenho na área de inclusão digital de jovens da periferia, tanto para questão da informática quanto para questão de aprender a programar, aprender a ter uma profissão na área da Ciências da Computação, para que eles possam também aprender a usar impressoras 3D e a trabalhar com todo o tipo de serviço que tem a ver com produção de *sites* e outras questões que são muito procuradas, como o primeiro emprego, muitas vezes, é o que tira o jovem de toda uma situação de vulnerabilidade financeira.

Também estamos colocando mais recursos nos cursos, nas oficinas de jiu-jítsu dentro das comunidades, para que os jovens possam, não só os jovens, como os adultos, as crianças, praticar esportes de uma forma completamente gratuita. Nós já tivemos, inclusive, campeões saindo dessas turmas, dentro da periferia, dentro das comunidades, e a gente quer também ampliar esse trabalho.

A gente tem todas essas coisas boas e produtivas que a gente quer apresentar, além da questão de fomento ao turismo de Porto Alegre, da questão da valorização da área rural da cidade, da questão do agro, da questão da produção rural, do pequeno e do médio produtor, da questão do turismo da área rural, com os Caminhos Rurais, com os nossos receptores de turismo, o pessoal que tem pousada na área rural, pessoal que trabalha com gastronomia na área rural, toda a questão envolvendo produção de renda e

empregos, o turismo náutico, com o esporte náutico, com o transporte de passageiros, tudo isso está no foco do meu mandato deste ano e a partir do ano que vem também.

Mas, se por um lado a gente tem todas essas coisas boas, por outro lado a gente tem a constante produção do saco de maldades do governo “Lule”. A novidade de hoje é que, graças a uma decisão do Ministério do Trabalho, está sendo encerrado o projeto de descontos em academia, farmácia e telemedicina, onde os trabalhadores, a grande maioria com uma média salarial de R\$ 2,9 mil, trabalhadores de carteira assinada, conseguiam usar o vale-refeição e o vale-alimentação para conseguir descontos nessas áreas. Milhões de pessoas perderão a oportunidade de cuidar da sua saúde. Vejam bem, onde estão os apoiadores desse governo que não fala nada sobre o preço altíssimo dos alimentos, que até a alface agora virou item de gente rica, item de luxo na cozinha, um pé de alface custando entre R\$ 6,00 a R\$ 10,00.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Sim, senhora, em muitos lugares. As pessoas estão deixando de comer frutas e verduras porque não têm condições de pagar, graças à falta de política alimentar deste governo. E aí nós temos 6,6 milhões de pessoas que usavam esses descontos e que serão diretamente afetadas. As academias vão sofrer também, os treinadores esportivos vão sofrer, os médicos que trabalham com medicina popular e comunitária vão sofrer. Isso inclui, inclusive, o trabalho psicológico – vocês vejam bem, governo “Lule”, governo odioso; governo odioso, que não liga para saúde da população, retirando a possibilidade dessas pessoas que recebem até R\$ 2,9 mil por mês de terem acesso à saúde física e mental, numa época onde nós precisamos tanto de saúde física e mental. Os leitos de saúde mental só diminuem no nosso País. Não existe foco nem respeito a essa área. E as pessoas que viveram toda uma pandemia, as pessoas que perderam emprego, as pessoas que perderam renda, as pessoas que têm dificuldades, que precisam desse apoio psicológico, que hoje só conseguem acessar porque tem esse desconto do vale-alimentação e do vale-refeição, a partir de agora, graças ao Ministério do Trabalho, não poderão mais contar com este apoio. Vejam bem, como é, quando você coloca o poder da caneta, o poder decisório na mão de pessoas que não têm nenhuma empatia com quem mais precisa, que não têm empatia real com quem está na área de vulnerabilidade econômica, mas que, por outro lado, não passam um dia sem que viagem para algum grande resort ou pousada milionária, que ficam esbanjando o dinheiro do pagador de impostos, com riqueza e luxo em eterna lua de mel. Esse é o Brasil do “Lule”; esse é o Brasil do governo Lula, que dá dinheiro para os governos e para as tiranias, para os regimes comunistas, para os seus amigos bilionários irmãos Batista. Aí com todo tipo de favorecimento a quem já é muito, muito rico, esse é o governo que pisa na cabeça do pobre, do trabalhador, ri da cara de quem mais precisa e fica aí só fazendo proselitismo e discurso furado. É uma vergonha! Vergonha maior ainda é ver que o governo é tão vergonhoso que os vereadores de esquerda não têm nem coragem de vir defender tamanho desgoverno que isso é. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, nossos municipais que estão aqui lutando pelos seus direitos de reposição salarial, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão. Aliás, para quem está acompanhando e vê tamanha ousadia de alguns vereadores, é lamentável... Até parece que mudaram de posição. A Ver.^a Nádia, que sempre foi contra a vacina, agora critica porque botaram fora algumas vacinas vencidas. O Ver. Jessé falou sobre projetos particulares de sua autoria, e a Ver.^a Fernanda Barth só sabe falar mal do Lula. Se o Lula não fosse o Presidente, de quem vocês falaria? O Lula veio aqui, em apenas quarenta dias, quatro vezes. Quatro vezes! E o amigo de vocês que foi o presidente anterior, o prefeito de vocês foi a Brasília agora nos últimos dias pedir a bênção para ele, está lá sentadinho na frente do Bolsonaro, pedindo a bênção do Bolsonaro. Quem não viu aquilo? O jornal Zero Hora publicou isso, Nádia. Vamos cair na real, vamos governar para os porto-alegrenses. Ou vocês vão ficar ainda em cima do muro? Sim, porque uma hora vocês criticam o Leite; depois, vão sentar ao lado dele. Uma hora vocês criticam o Lula, e o prefeito vai aos ministérios pedir dinheiro para o Município de Porto Alegre. E vocês acham que o Lula trata mal o Rio Grande do Sul. É o governo que mais liberou recursos, inclusive agora, recentemente, pelas enchentes, pelos flagelados, e vocês não cumpriram nem sequer o dever de casa. Era para vocês fazerem o relatório das pessoas atingidas. O governo teve que renovar a inscrição para os atingidos por mais 15 dias, porque os senhores e as senhoras, o atual governo não fez sequer o relatório das pessoas atingidas em Porto Alegre, vergonhosamente.

Então, olha só, pessoal, a peça orçamentária, ela é de R\$ 12 bilhões, hoje é o último dia e a última discussão de pauta. A partir de semana que vem, tem indicação de emendas também e, na outra semana, é a votação da LDO, que define a política do atual governo nos próximos quatro anos. Aí eu pergunto para o governo, se alguém quiser responder: qual foi o recurso destinado para a reposição salarial dos servidores? Ninguém consegue se enxergar na peça orçamentária, se tem recursos para esse fim. Foi necessário nós, da oposição, e os próprios servidores, através do Simpa – Sindicato dos Municipais de Porto Alegre, encaminhar uma emenda para garantir a reposição salarial, inclusive discutir as perdas que chegam a 29%, represadas do governo Marchezan. Os senhores tratam mal o serviço público, os senhores tratam mal o servidor público, os senhores tiraram o triênio, o quinquênio, tiraram inúmeros avanços e não conseguem sequer valorizar o servidor; só fazem aqui contratos temporários, nenhum concurso público este governo fez. Está na hora de poder verificar uma política pública capaz de aumentar o braço do poder público com qualificação profissional, com uma segurança e valorizar o servidor. Não é isso, Ver. Ruas, que o governo atual consegue implementar; ao contrário dos partidos de esquerda que tem uma posição da valorização do servidor, da reposição salarial, da promoção e da qualificação. O governo tem a cara de pau de tirar a licença-

prêmio, tem coragem de tirar a licença-prêmio. Se não fosse a emenda do Ver. Bosco, que tenta equiparar com a questão da qualificação profissional, como fez a do Estado, seria o desastre, mas, assim mesmo, uma nova emenda da Ver.^a Cláudia Araújo tenta trazer em discussão novamente o projeto em pauta, mas não é para votar este ano, é para deixar preparado, segundo o governo, para votar o ano que vem. O ano que vem vocês não terão o número necessário para votar. Graças a Deus, o povo nos deu essa grande missão de ter 12 vereadores da oposição aqui que não vão pestanejar, que vão votar contra, que vão votar contra! E é por isso que nós estamos aqui para resistir e para dizer para a sociedade que os governos capitalistas, Ver.^a Fernanda Barth, fazem isso que a senhora e outros fizeram, só enxergam a terceirização, a privatização, a entrega do serviço público e apresentam para a sociedade aqui, na Câmara, uma peça fictícia de R\$ 12 bilhões. Digam quanto vocês vão investir na saúde, que vocês estão devendo a construção de dez postos de saúde. Disseram que iam construir nos quatro anos, não construíram nenhum. De dois postos de saúde do GHC, do Coinma e do Leopoldina, que tinham que estar incluídos na peça orçamentária e que eu tive que correr como nunca, na semana passada, para poder incluir nessa peça e tentar construir no ano que vem. E os investimentos da Atenção Básica? Vocês vivem chorando, dizendo que não dá para aumentar, que os trabalhadores estão ganhando na justiça a reintegração. Vocês olham para o mundo virtual, que não existe, estão dizendo que estão resolvendo o problema dos afetados pela enchente. Nós aprovamos aqui já quatro projetos de lei de empréstimos internacionais para os senhores fazerem alguma coisa, porque era a pauta principal e o objetivo principal dos empréstimos. Digam para nós qual foi a subestação que vocês recuperaram? Qual foi a mudança que vocês fizeram? Porque, se chover fortemente na cidade, ela vai alagar novamente. Os senhores não conseguiram nem limpar as bocas de lobo. Vocês perderam todos os debates que aconteceram na eleição passada, mas ganharam a eleição. Nós somos democratas, sim, nós aceitamos o resultado das urnas, mas não concordamos com o governo privatista, eu diria, negacionista, porque defenderam, parte dele defendeu a vacina e outra parte é contra a vacina até hoje, e ficam criticando porque foram fora 20 mil vacinas. Por culpa de quem? Por culpa de quem? O Estado e a União mandam para os municípios, e os municípios não implementam a política. É algo que está acontecendo agora na nossa querida Porto Alegre. Estamos aqui em dez, mas resistindo, votando contra essas barbaridades que os senhores representam aqui e contra toda e qualquer retirada de valorização e de conquista dos servidores públicos. Um grande abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente, gostaria só que o nobre colega que usou a tribuna há pouco pudesse arrumar a sua fala. Ele disse que esta vereadora era contra a vacina. Esta vereadora nunca foi contra a vacina, mas, sim, a

obrigatoriedade da vacinação. As pessoas têm que ter liberdade de se vacinar, ou não. Só que ele faça essa correção, para não ficar feio. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, vereadora.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Que bom que eu possa ver e ouvir a Ver.^a Nádia mudar de posição. Ela disse lá atrás, no passado, e nós ouvimos aqui do lado dela que ela não ia fazer a vacina. Então, vamos louvar, porque há um avanço significativo: agora é a favor vacina.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR
(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0661/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 338/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que estabelece a criação e a manutenção de praças e parques multissensoriais públicos no Município de Porto Alegre. (SEI 024.00260/2024-47)

PROC. Nº 0669/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 343/24, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que institui a Política de Atenção e Orientação às Famílias Atípicas e inclui a efeméride Semana Municipal das Famílias Atípicas, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, na terceira semana de maio. (SEI 050.00092/2024-63)

PROC. Nº 0702/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 018/24, que altera o *caput* e os incs. I, III a VII do art. 8º e o art. 11; inclui os §§ 1º a 11 no art. 8º; e revoga os incs. VIII a XVIII do art. 8º da Lei Complementar nº 369, de 16 de janeiro de 1996. (Modernização/adequação na composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente) (SEI 118.00654/2024-92)

PROC. Nº 0682/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 034/24, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, com garantia da União, até o valor de R\$ 130.000.000,00 (centro e trinta milhões de reais), destinada à composição do sistema de garantias de contraprestações dos contratos de Parcerias Público Privadas (PPPs) da Escola Bem-Cuidada e Novo Hospital Materno Infantil Presidente Vargas – Novo HMIPV. (SEI 118.00635/2024-66)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0778/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 389/22, de autoria do Ver. Erick Dênil, que obriga a instalação de lixeiras de descarte seletivo nas praças públicas do Município de Porto Alegre. (SEI 254.00010/2022-87)

PROC. Nº 0366/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 187/24, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que institui o Programa Municipal de Educação Socioemocional para Lidar com Desastres, Crises e Emergências nas escolas da Rede Pública Municipal. (SEI 215.00043/2024-28)

PROC. Nº 0367/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 188/24, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que institui o Programa Educativo para Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais para Lidar com Desastres, Crises e Emergências, destinado a servidores públicos municipais. (SEI 215.00044/2024-72)

PROC. Nº 0433/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 216/24, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede a remissão da dívida de Taxa de Coleta de Lixo, desde novembro de 2023, à associação Centro Comunitário Coinma, nos termos da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. (SEI 019.00027/2024-70)

PROC. Nº 0519/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 257/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que estabelece a obrigatoriedade de realização de estudo de tráfego para implementação de novas faixas exclusivas de ônibus, determina a demarcação de áreas específicas para embarque e desembarque de motoristas de aplicativos e a realização de revisões periódicas nos pontos de táxi do Município para identificar obsolescência e dá outras providências. (SEI 220.00254/2024-55)

PROC. Nº 0546/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 277/24, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que estabelece a possibilidade de o Município de Porto Alegre prestar assistência técnica pública e gratuita para famílias de baixa renda no Município de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 299.00157/2024-02)

PROC. Nº 0589/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 300/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que institui o Programa Reabilita POA. (SEI 145.00064/2024-32)

PROC. Nº 0667/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 341/24, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que institui o Programa de Prevenção de Acidentes Elétricos com Animais no Município de Porto Alegre. (SEI 050.00091/2024-19)

PROC. Nº 0670/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 344/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui a política do Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA), voltada a alunos com transtornos globais do desenvolvimento (TGD), incluído o transtorno do espectro autista (TEA), matriculados no ensino fundamental das instituições de ensino público do Município de Porto Alegre. (SEI 024.00269/2024-58)

PROC. Nº 0674/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 347/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que determina a distribuição de manual didático para identificação de sinais de autismo precoce aos pais e responsáveis no ato da vacinação infantil. (SEI 024.00273/2024-16)

PROC. Nº 0683/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 351/24, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que institui homenagem às vítimas do ataque terrorista em Israel do dia 7 de outubro de 2023, constituída por uma placa a ser erigida na Praça Dr. Maurício Cardoso, localizada no Bairro Moinhos de Vento. (SEI 212.00085/2024-61)

PROC. Nº 0685/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 352/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que altera a ementa e o *caput* do art. 1º da Lei nº 13.891, de 12 de abril de 2024, alterando de Francisco Edeljader Brião da Silva para Francisco Brião da Silva a denominação do logradouro. (SEI 165.00152/2024-14)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, assistência na plateia, pagadores de impostos que nos acompanham pela TVCâmara; eu tive que subir aqui, Presidente, porque o líder do PT, o vereador do PT fala muita bobagem e, por que não, muita *fake news*. Aproveito esta pauta, em que temos também o nosso projeto de redução do ISSQN para os empreendedores afetados pela cheia, e por aí eu já demonstro ao petista que ele está falando *fake news* a nosso respeito. O vereador do partido que teve a Lava Jato disse que o Novo quer um estado grande para si e que o Novo gosta é de “cecezada”. O vereador do partido da Lava Jato gasta R\$ 3,5mil do dinheiro do pessoal que está descendo ali com cartazes na mão, do meu dinheiro, do vosso dinheiro, parece que ele bebe gasolina com cuba libre, Ver. Sossmeier, para gastar R\$ 3,5 mil. O meu mandato economiza, do global, 93% do dinheiro do pessoal que estava aqui antes o aplaudindo. O vereador do partido do mensalão disse que o Novo é a favor de um estado inchado para si. Eu até anotei aqui: eu votei contra o aumento de salários dos vereadores, contra o aumento do salário do prefeito, contra o aumento do salário dos procuradores e dos fazendários, contra privilégios. Nós, do Novo, lutamos pela redução, pela isenção de IPTU para os atingidos nas cheias. Mais uma *fake news* do vereador que é do partido da máfia das ambulâncias. O vereador do PT disse que o Novo é o que há de pior na política, e aí eu fico pensando:

mensalão, máfia das ambulâncias, Lava Jato... Aí o vereador sobe aqui para sinalizar para os municipais, e o Presidente – está gravando um vídeo contra mim lá – dele quer aumentar 30% o salário da “cecezada” em Brasília, e os municipais concursados em silêncio. O Jonas deveria lavar a boca para falar deste vereador e do partido Novo, pois o Presidente dele quer cortar benefício social, BPC, quer passar a mão na multa do desemprego, vive no luxo. A “Esbanja”, quer dizer, a Janja, que esbanja o dinheiro dos pobres, e agora o Lula, que já é pior para a economia do que foi o vírus da covid, está querendo cortar benefícios sociais. Mas o vereador que veio aqui ficou bravo com uma palavra que eu usei e não tem a capacidade de acusar o Lula de estar contra o pobre. É um leão para vir aqui e dizer a palavra, censurar a minha fala, é um leão; mas é uma tchutchuca para não atacar o governo Lula, que está querendo atacar e vilipendiar os pobres deste País. O vereador petista do partido que teve vários líderes seus presos por corrupção, lavagem de dinheiro, partido que virou uma quadrilha em Brasília, disse que o Novo não trata de educação. Ora, o prefeito de Joinville é do Partido Novo, e sabem onde está a melhor nota do IDEB da educação pública? Sabem onde é que está a melhor saúde pública? Dados oficiais, Joinville, prefeito do Novo.

E, por fim, vereador, lave a boca para falar deste vereador, pois, pela primeira vez na história deste Município, um vereador colocou emendas para andar à fila do SUS bucal – R\$ 200 mil de emenda na saúde pública para que as pessoas que têm que tratar o canal, que não têm dignidade, têm o dente doendo, não conseguem emprego. E fui informado agora pela Vivi, da saúde, que a emenda foi completamente executada. Então, sim, vereador, o Novo se preocupa com a saúde pública; o Novo se preocupa com o pobre e o Novo coloca, sim, emendas para que as pessoas tenham dignidade bucal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não temos mais nenhum vereador inscrito em pauta. Está encerrada o período de Pauta.

Conforme foi acordado com os líderes, vamos encerrar a sessão e vamos chamar duas sessões extraordinárias para correr Pauta. Sem lideranças, somente para correr à Pauta, é isso, vereadores? E, depois, na 2ª sessão, a reunião conjunta das comissões, é isso que está acordado?

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão, convocando-se a 22ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 16h42min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *